



Brasília, 17 de dezembro de 2018.

Senhor Presidente,

1. Atendendo as normas regimentais da Câmara dos Deputados, apresento, a seguir, relato da participação como Observador das sessões plenárias da 73ª Assembleia Geral da ONU, ocorrida entre 26 a 30 de novembro em Nova York, Estados Unidos, do corrente ano.

2. Participei como Observador representando a Câmara dos Deputados das sessões plenárias da 73ª Assembleia Geral das Nações Unidas. Inicialmente, o Embaixador Mauro Vieira, Representante Permanente do Brasil junto às Nações Unidas convocou uma reunião de alinhamento para os participantes onde informou sobre os relatórios apresentados pelo Secretário-Geral da ONU até aquela data. Na oportunidade, a equipe do Embaixador Mauro Vieira informou sobre o pedido de ampliação da Plataforma Continental Brasileira. A Subcomissão de Limites da Plataforma Continental da ONU (CLPC) aceitou, para futura análise, proposta brasileira de ampliação da plataforma continental. Se for aprovada, a proposta do Brasil permitirá que o país amplie a zona econômica exclusiva em 965 mil quilômetros quadrados, o que significa aumento de algumas atividades na região, como a exploração de minérios, petróleo e da pesca.

3. Em uma sessão plenária na ONU, foi apresentado relatório do Secretário-Geral sobre a cooperação entre a ONU e outras organizações. Entre acordos citados, a adoção do acordo de cooperação entre a Interpol e a ONU, ampliando a Resolução de 2016, permite aos países membros, como o Brasil, a ter maiores informações e dados para o combate ao crime organizado transnacional por meio da cooperação das polícias dos diversos Estados Membros.

4. Na sessão plenária sobre a questão da Palestina, o Secretário-Geral da ONU afirmou que está “profundamente preocupado com o estado de nossos esforços





CÂMARA DOS DEPUTADOS

coletivos para avançar resolução política duradoura para o conflito, que agora é crítico, e peço os parceiros regionais e internacionais para voltar a envolver-se e permanecer firme na busca de uma solução de dois estados. O Quarteto do Oriente Médio continua sendo o melhor mecanismo par alcançar esse objetivo. O relatório de 2016 do Quarteto, que permanece relevante hoje, descreve claramente o que é necessário para promover uma paz justa e sustentável”. De acordo com o relatório apresentado, o Secretário-Geral afirmou que continuará o trabalho para acabar com a ocupação de Israel, que começou em 1967, e estabelecer o Estado Palestino independente, democrático, contíguo e viável, onde o Estado Palestino possa viver lado a lado com Israel em paz, com segurança e reconhecimento mútuo, com Jerusalém como capital dos dois Estados.

5. Esse foi o meu relatório senhor Presidente, coloco-me a disposição para o que se fizer necessário.

Respeitosamente,


Deputado Atila Lins
PP/AM

